

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	104000
Por seis mezes .....	56000
Por tres mezes .....	36000
Avulso por folha .....	3040
Anuncios, por linha .....	3060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	124000
Por seis mezes .....	64000
Por tres mezes .....	44000
Avulso por folha .....	3060
Anuncios, por linha .....	3060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios, e communicados, deve vir acompanhada da portancia das assignaturas ou publicações pedidas, sem o qual não dará destino. Os annuncios não serão a lója da venda do DIARIO DE LISBOA, em Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

Allocações a Sua Magestade El-Rei pelo anniversario da outorga da carta constitucional da monarchia portugueza.

DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

Senhor.—A camara dos pares do reino vem neste fausto e solemne dia, possuida do mais profundo acatamento, patentear ante o throno de Vossa Magestade a sua grande e viva satisfação; e ratificar os cordaes e respeitosos sentimentos de eterno reconhecimento ao generoso e magnanimo dador da carta constitucional da monarchia portugueza o senhor D. Pedro IV de saudosa memoria, excelso avô de Vossa Magestade, por haver generosamente outorgado a nação esta tão memoravel, como valiosa dadiua, que, conciliando a magestade do throno com os direitos e justa liberdade dos cidadãos, abriu as portas á civilização e prosperidade da nossa patria; e a Vossa Magestade, pela exemplar firmeza de seu elevado caracter, e desvelado e extremo amor pelo bem de seus fideis subditos, em a fazer religiosamente executar, manter illesa, e finalmente em nos dar seguras garantias da sua perpetuidade.

Digne-se Vossa Magestade de benigno acolher este fiel testemunho dos inabalaveis, gratos e leaes sentimentos da camara dos pares do reino, que são, sem se dever exaltar, os de toda a nação portugueza.

#### RESPOSTA DE SUA Magestade

Pela quinta vez, no meu reinado, nos reunimos comemorando a outorga da constituição: reunimos sempre um mesmo sentir.

Hontem ainda resultado do espirito liberal da mocidade fortaleceu-o, e depara-o hoje em mim uma dolorosa experiencia da vida.

Renovando á camara dos pares a segurança da minha consideração retribuio o novo testemunho da sua devoção á minha pessoa.

#### DA CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA

Senhor.—O povo portuguez primou sempre na fidelidade aos seus reis, e na gratidão aos beneficios emanados do throno.

A solemneidade do dia de hoje recorda-nos a dadiua mais valiosa que um soberano illustrado podia dispensar aos seus subditos. Este rei liberal e bondoso foi o augusto avô de Vossa Magestade: a sua memoria, pois, perdurará indelevel e gratissima no animo da nação portugueza, que elle com tamanha magnanimidade libertou por suas leis, e com tanta heroidade auxiliou por seu valor, constancia e dedicação inextinguivel, se não imitaveis.

E os portuguezes, senhor, souberam corresponder á bondade e munificencia real, e mostrar-se dignos d'ella, não se poupando a sacrificios e a esforços de todo o genero para defender e consolidar o acto generoso e espontaneo que lhes viera do throno.

Nesta occasião solemne de tão gloriosas recordações a camara dos deputados sente verdadeiro prazer em renovar com o maior acatamento, na presença de Vossa Magestade, as protestações da sua fidelidade e gratidão. Digne-se Vossa Magestade de aceitar a expressão d'estes sentimentos, que é tão sincera e intima, como sinceros são os votos que a camara dos deputados, e todos os portuguezes dirigem ao altissimo para que dilate e prospere o reinado de Vossa Magestade, e tenha sempre em sua guarda e particular protecção as augustas pessoas de Vossa Magestade, de El-Rei o senhor D. Fernando e de toda a real familia.

#### RESPOSTA DE SUA Magestade

Recorda-me a solemneidade do dia de hoje uma gloria de familia.

Honra-la tem sido para mim um facil dever, e nos meus povos espero que continuará a se-lo; renega-la pediria uma d'essas organizações felizmente excepções, que dos interesses fazem obrigações, e chamam sacrificio ás delicias criminosas que procuram.

A camara dos deputados, felicitando-me neste dia, faz justiça aos sentimentos, com os quaes me tenho votado ao cumprimento de uma missão, toda ella abnegação. Agradeço-lho, bem como os votos que faz pela felicidade do meu reinado, e pela ventura da familia real.

#### DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Senhor.—O dia 29 de abril é sem duvida um dos mais memoraveis para a nação portugueza, porque lhe recorda o immortal nome do augusto avô de Vossa Magestade dador da carta constitucional, codigo este que igualmente faz lembrar os altos feitos do mesmo heroe, que para conservar intacta a sua dadiua abdicou duas coroas, e sacrificou os seus preciosos dias aos incommodos e ás fadigas da guerra, que sustentou com incrivei valor.

O infausito acontecimento que teve lugar no dia 26 do dito mez, roubando á patria um dos mais fieis amigos de Vossa Magestade, e dos que maiores serviços prestou para arvorar o estandarte do mesmo codigo, impediu que tivessem lugar os festejos proprios do dito dia 29, ficando reservados para hoje, segundo as ordens de Vossa Magestade.

E por este motivo que a camara municipal de Lisboa, interprete dos fieis sentimentos dos habitantes da capital do reino, vem perante Vossa Magestade significar-lhe o prazer de tão memoravel dia, pedindo á Vossa Magestade que se digne aceitar benevolmente as expressões sinceras do respeito e amor que todos lhe consagram, bem como ao augusto pae de Vossa Magestade, e a toda a real familia.

A camara por tão fausto motivo tem a mui distincta honra de dar os parabens a Vossa Magestade, e neste solemne cortejo, esperando que se dignará recebe-los com a sua costumada benevolencia.

#### RESPOSTA DE SUA Magestade

Agradeço as felicitações que a camara municipal

de Lisboa me dirige neste dia, em que commemoramos a outorga da carta constitucional. Seria esta a occasião de nos lembrarmos dos que

associaram os seus nomes ao grande nome de meu avô, de saudosa memoria, se não devessam ser para elle todos os respetos, toda a gratidão.

Esses deixarão ás novas gerações o encargo de venerar-lhes as cinzas; este fundou mais solidamente a sua gloria.

de Benzafrim. Emphyteuta Vicente Rodrigues—193500.

Capella Grande de Aljezur

26908 Fôro de nove alqueires de trigo, imposto na herdade de Farmagola. Emphyteutas Manuel Fernandes da Pedra da Mina, e Joaquim Antonio da Farmagola—77200.

26909 Fôro de dez alqueires e sete oitavas de trigo, imposto na Vargem de Alcaria, junto ao Povo de Odiare, e na herdade dos Pizões, termo de Odemira. Emphyteutas José Francisco Nobre, e outros—332283.

26910 Fôro de alqueire e meio de trigo, imposto em umas terras no sitio, aonde foi o moimbo do So-bradinho. Emphyteuta Manuel Martins—128866.

26911 Fôro de quatro alqueires e meio de trigo, imposto na herdade de Quintas Verdes. Emphyteuta Antonio Joaquim de Oliveira—385600.

26912 Fôro de um alqueire e sete oitavas de trigo, imposto em uma vinha no sitio da Arragata. Emphyteuta Antonio Joaquim de Oliveira—163083.

Capella de Antonio Netto

26913 Fôro de tres quartas de um alqueire de trigo, imposto em uma courelle de terra no sitio das Cercas, defronte da figueira. Emphyteuta Antonio João Vieira—6432.

26914 Fôro de alqueire e meio de trigo, imposto em uma courelle de terra no sitio das Cercas, defronte da figueira. Emphyteutas Francisco Fernandes e Francisco Marques Cativo—128866.

Inventario n.º 205

26915 Fôro de almude e meio de vinho, imposto em uma courelle de terra nas Vargens de Odiare. Emphyteuta Francisco de Paula de Mendonça—225666.

26916 Fôro de quatro almudes e meio de vinho, imposto em uma fazenda nas Vargens de Odiare. Emphyteuta D. Maria da Veiga Albergaria—685000.

26917 Fôro de almude e meio de vinho, imposto em uma courelle de terra, nas Vargens de Odiare. Emphyteuta Francisco Silvestre Leote—225666.

26918 Fôro de alqueire e meio de vinho, imposto em uma courelle de terra, nas Vargens de Odiare. Emphyteuta D. Francisca Rita de Almeida Corte Real—225666.

Somma R. .... 5055909

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos, e que o landemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de abril de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª Repartição—2.ª Repartição

Relação dos individuos fallecidos na provincia de Angola, cujas heranças foram arrecadadas por parte da fazenda dos defuntos e ausentes, durante o semestre findo em dezembro ultimo.

Domingos Moreno, soldado .....	44975
João Antonio Lourenço, idem .....	48175
Gabriel Ferreira Pinto, idem .....	38750
Jacob Antunes, idem .....	28775
José Francisco, idem .....	58775
Rodrigo de Sousa Alcafarado, sargento.	112275
Augusto Xavier Ameno de Miranda, soldado .....	18375
José Emérito Ignacio de Medeiros, idem .....	8325
Manuel Joaquim Escorico, idem .....	18300
Domingos da Silva, idem .....	18950
José Gaspar, idem .....	28150
Joaquim Antonio Salgueiro, idem .....	8700
Francisco Valentim, idem .....	8825
José Caetano, idem .....	63100
João Fernandes, cabo .....	156150
José Maria de Almeida, soldado .....	85550
José Ignacio, idem .....	248200
José Narciso de Oliveira, cabo .....	493900
Manuel Rodrigues Cachago, soldado .....	143050
João Martins, idem .....	193050
João Manuel Mendes, idem .....	28200
Joaquim Ferreira de Andrade, ignora-se .....	874750
Domingos Simões, carpinteiro .....	88350
José Dionisio Marques, negociante .....	1695150
Manuel Francisco, marítimo .....	218100
Rosa Teixeira de Barros, ignora-se .....	287450
Manuel Soares de Pinho, commerciante .....	1625500

Somma R. .... 9985650

### SECÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro visconde de Al-gés, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 7 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno abaixo relacionados; hei por bem negar provimento nos mesmos recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem sujeitos ao serviço militar.

Recurso n.º 3—reccorrente, Euzébio Rodrigues, por seu filho José Maria, da freguezia de Moreira, concelho de Chaves, districto de Villa Real; por falta de fundamento legal para ser escuso do serviço militar o filho do reccorrente.

Recurso n.º 9—reccorrente, Manuel Vicente, filho de Vicente Duarte, da freguezia de S. Pedro de Almargem do Bispo, concelho de Cintra, districto de Lisboa; por não provar o que allega.

Recurso n.º 11—reccorrente, Antonio Alves, por seu filho do mesmo nome, da freguezia de Queimadella, concelho de Armamar, districto de Vizeu; por não aproveitar ao recrutado a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 13—reccorrente, Manuel da Costa, filho de Antonio da Costa, da freguezia de Villa

Relação n.º 55, com referencia ao districto de Santarem, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues aos interessados, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	
11843	11842	Pensões	16 38	Florencio Antonio de S. José, egresso .....	Prestacionado	645800	55400
				Marianna Rita da Conceição Mera .....	Pens.ª de consideração	1355000	112250

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 2 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 913, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	
11844		Pensões	38	D. Maria do Carmo Valladas Leite .....	Pens.ª de consideração	1805000	155000

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 3 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 914, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	
11845		Pensões	38	Luiza Maria de S. José .....	Pens.ª de consideração	325850	25737
11846				Maria da Assumpção Vasques .....	Idem	1085000	93000
11847				Mathilde Maria das Dores (D.) .....	Idem	275000	22550

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 5 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

#### DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

#### VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 2 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fôros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e accitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fôros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

#### Lista 1716

#### ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 8 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE SANTAREM

CONSELHO DE CHAMUSCA

Inventario n.º 339

26871 Fôro de dois alqueires e uma quarta de cevada, e tres quartas de uma gallinha, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio Antunes da Silva—133366.

26872 Fôro de dois alqueires e uma quarta de cevada, e tres quartas de uma gallinha, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio Antunes da Silva—133366.

26873 Fôro de quatro alqueires e meio de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio José Monteiro—215400.

26874 Fôro de dois alqueires e treze dezeses avos de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio Rodrigues Collegã—133375.

26875 Fôro de dois alqueires e uma quarta de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio Rodrigues Collegã—108700.

26876 Fôro de um alqueire e uma oitava de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Antonio Rodrigues Collegã—53350.

26877 Fôro de tres alqueires e tres quartas de cevada, e tres quartas de uma gallinha, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Bernardina de Jesus—205500.

26878 Fôro de dois alqueires e uma quarta de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Christovão Ferreira—108700.

26879 Fôro de dois alqueires e treze dezeses

avos de cevada, e tres quartas de uma gallinha, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Esperança de Jesus—165041.

26880 Fôro de dois alqueires e treze dezeses avos de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Francisco Gouveia da Silva—133375.

26881 Fôro de quatro alqueires e meio de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Joaquim Vicente—215400.

26882 Fôro de quatro alqueires e meio de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta padre Joaquim Vaz Monteiro—215400.

26883 Fôro de seis alqueires e tres quartas de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta José Francisco Botas—325100.

26884 Fôro de nove alqueires de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta padre João da Silva Philippe—425800.

26885 Fôro de doze alqueires de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Manuel Ferreira da Matta—575066.

26886 Fôro de cinco alqueires e cinco oitavas de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta José Vicente Agostinho—265750.

26887 Fôro de tres alqueires e tres quartas de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta Manuel Marques Serodio—175833.

26888 Fôro de seis alqueires e tres quartas de cevada, e tres quartas de uma gallinha, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha na Lezíria dos Frades. Emphyteuta D. Maria José da Matta—345766.

Somma R. .... 3923288

Declara-se que os fôros estão todos reduzidos, e que o landemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 28 de abril de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

#### Lista 1717

#### ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 11 DE JUNHO DE 1860

Fôros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE SANTAREM

CONSELHO DE CORUÇA

Comenda de S. João Baptista de Coruche

26889 Fôro de 937 1/2 réis, com vencimento pelo Natal, imposto em umas casas, sitas na rua de S. Pedro. Emphyteuta padre Manuel Ferreira Gerales—165460.

26890 Fôro de quarenta e cinco alqueires de trigo, com vencimento pelo Natal, imposto em uma vinha, situada onde chamam o Lagar. Emphyteuta D. José Manuel de Alarcão—3205000.

26891 Fôro de 300 réis, com vencimento pelo Natal, imposto em um cerrado, junto á estrada da Erra. Emphyteuta D. José Manuel de Alarcão—55250.

26892 Fôro de 5400 réis, com vencimento pelo Natal, imposto nas Onzenas de Baixo. Emphyteutas herdeiros de Francisco de Paula Cordovil—945500.



Seca, concelho de Armamar, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 15—recorrente, José da Silva, filho de João da Silva, do lugar de Villa Nova da Rainha, concelho de Santa Comba Dão, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 17—recorrente, José Diniz Novo, por seu filho José, do lugar das Fontainhas, concelho de Santa Comba Dão, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 19—recorrente, Antonio Alexandre dos Santos, por seu filho Antonio, da villa e concelho de Santa Comba Dão, distrito de Vizeu; por não provar o que allega.

Recurso n.º 21—recorrente, Joaquim dos Santos Pinto, filho de Francisco dos Santos Terçaço, do lugar de Pontello, concelho de Armamar, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 25—recorrente, João Lopes, por seu filho Alexandre, do lugar de Papirios, concelho de Carregal, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 29—recorrente, José Candilas, filho de Antonio Candilas, da freguezia de concelho de Armamar, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 30—recorrentes, Maria de Oliveira, por seu filho Antonio, e Maria Francisca, por seu filho Antonio, ambos da freguezia de Papirios, concelho de Carregal, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 31—recorrente, José Lourenço, filho de Lourenço da Fonseca, da freguezia de Fontello, concelho de Armamar, distrito de Vizeu; por não provar o que allega.

Recurso n.º 33—recorrente, Manuel da Cunha Leão, por seu filho Pompeu, da freguezia da Sobreira, concelho de Paredes, distrito do Porto; em vista da disposição da regra segunda do artigo 13.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 35—recorrente, Anna Moreira, por seu filho José, da freguezia de Aguiar de Sousa, concelho de Paredes, distrito do Porto; em vista da disposição da regra segunda do artigo 13.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 36—recorrente, José Antonio Nogueira, por seu filho Bernardo Nogueira, da freguezia de Ferreiros, concelho de Lamego, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 38—recorrente, Luiz Antonio Ribeiro, por seu filho José Antonio, ou José Maria Ribeiro, da freguezia de Penide, concelho de Lamego, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 39—recorrente, Manuel Teixeira Morgado, por seu filho José, da freguezia de Penajoya, concelho de Lamego, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 44, recorrente, Rosa Correia de Viterbo, por seu filho Vicente Ferreira de Araújo, da freguezia de Sá, concelho de Lamego, distrito de Vizeu; por não aproveitar ao recorrente a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 7 de abril de 1860.—REI.  
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.  
Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 21 de abril de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 8233

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO MELLO

Nos autos cíveis vindos da relação de Leãoa—recorrente, Antonio Pedro Rodrigues, de Lisboa—recorrido o ministro publico por parte da junta da fazenda de Angola, como administradora do espólio do finado Manuel Joaquim de Sousa Monteiro, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.

Atendendo a que esta causa é da competência e privativa jurisdicção do juizo commercial, nos termos do artigo 1029.º do código commercial;

Atendendo a que a prova do facto discutido foi submettida, nos termos do artigo 1103.º do mesmo código, á decisão do jury, que foi accorde na determinação e condemnacão pura do pedido, sem que d'esta decisão, com a qual se conformou em sua sentença o juiz do primeira instancia, houvesse appellação official nos termos do artigo 1106.º do citado código;

E visto que no accordo a fl. 18 v., absolvendo do pedido o casal demandado, por estar a conta corrente de fl. 4 conferida por outro que não o devedor originario já fallecido, bem como por não estar sellado o documento a fl. 5, se julgou contra direito expresso, invadindo a competência do jury commercial, e confundindo a decisão de facto com a de direito, e a absolucão de instancia com a do pedido, pois que o não dever ser attendidos quaesquer papeis por lhes faltar o pagamento da respectiva taxa de sello, conforme o disposto no artigo 11.º da lei de 10 de julho de 1843, não importa perda absoluta do direito de acção, nem extincção de obrigação, como se deduz do § 4.º do artigo 8.º da referida lei, e do artigo 3.º da lei de 23 de abril de 1845, porque os modos por que se dissolvem e extinguem as obrigações são os que o direito tem expressamente consignado;

Portanto, annullam o referido accordo, concedem a revista, e mandam que os autos sejam remettidos á relação de Lisboa, para ali serem de novo julgados.

Lisboa, 30 de março de 1860.—Mello e Carvalho.—Visconde de Fornos—Aguiar.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 25 de abril de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

PROCESSO N.º 4108-A

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO GRADE

Nos autos do syndacismo do ex-governador geral da provincia de Cabo Verde, Fortunato José Bartheiros, vindos da comarca da ilha da Praia, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.: vistos e relatados os presentes autos de syndacismo do ex-governador geral das ilhas de Cabo Verde Fortunato José Bar-

theiros, a que se procedeu na forma do decreto de 27 de dezembro de 1852, supremo, como sanaveas, as irregularidades do processo nos termos do artigo 7.º do mesmo decreto. E considerando que se não interpozera querella do ministerio publico, ou de parte queixosa, nem ha fundamento para ellas, julgamos o syndacismo isento de culpa. Deferem ao requerimento a folhas 65 do conselheiro procurador geral da coroa, a quem se dêem as certidões indicadas no artigo 9.º da citada lei para os fins ali declarados.

Lisboa, 27 de março de 1860.—Grade—Cabrál.—Visconde de Fornos—Mello e Carvalho—Ferreira.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 4 de maio de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

## TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Alberto Curry da Camara Cabral, como recebedor que foi do concelho da Horta, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de junho de 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o relatório fl. 44 do presente processo, em que se trata da liquidação e ajustamento da conta da responsabilidade de Alberto Curry da Camara Cabral, na qualidade de recebedor que fora do concelho da Horta, no periodo decorrido desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de junho de 1857; visto o estado da conta fl. 1 e 2, donde consta importar o debito na somma de 219:989\$336 réis, e o credito em outra igual quantia; vistos os documentos que decorrem de fl. 8 a fl. 19, e de fl. 21 a fl. 35, 37 e 38; e visto finalmente acharem-se preenchidas todas as formalidades da lei e estilo, como se mostra do processo; julgam a presente conta devida e legalmente ajustada e comprovada, e o referido exactor Alberto Curry da Camara Cabral quite e livre de responsabilidade para com a fazenda pela sua gerencia de recebedor do concelho da Horta no periodo mencionado de que neste processo se trata, com a declaração porém de haver passado por balanco em transição para a nova conta do anno economico seguinte de 1857 a 1858 o saldo de 38:083\$270 réis, que fica formando parte do debito d'essa conta; sendo 15:751\$833 réis em documentos de cobrança, e 17:331\$437 réis em dinheiro, como attestam os documentos fl. 40 e 42.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares Vieira.—Larcher.—Margiochi.—Lara.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 18 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José da Silva e Sousa, como thesoureiro que foi da alfandega de Bragança no anno economico de 1855 a 1856, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o relatório fl. 66 d'este processo, em que se trata do ajustamento da conta da responsabilidade de José da Silva e Sousa, como thesoureiro que foi da alfandega de Bragança no anno economico de 1855 a 1856; visto o estado do ajustamento da conta fl. 1 e 2, donde se mostra importar o debito na somma de 4:454\$558 réis, e o credito em outra igual quantia em que entra o saldo de 505\$982 réis que por balanco passaram em transição para a nova conta d'este responsavel do anno economico seguinte de 1856 a 1857, em cujo debito deve ter sido lançada esta addição; vistos os documentos de fl. 8 a 21 e de fl. 23 a 65, e os mais que instruem o processo, e comprovam o legalisimo e precitado estado da conta fl. 1 e 2; e visto, finalmente, acharem-se preenchidas e satisfeitas todas as formalidades da lei e estilo; julgam a presente conta bem e devidamente ajustada e processada, e o responsavel a que a mesma se refere quite e livre de toda a responsabilidade para com a fazenda pela sua gerencia no anno economico de 1855 a 1856, de que se trata neste processo, com a declaração de lhe ficar lançado em debito para a nova conta do anno economico seguinte de 1856 a 1857 o saldo já referido de 505\$982 réis, que do documento fl. 65 consta ter ficado em cofre no dia 30 de junho de 1856, e passado por balanco para a conta do anno immediato d'este exactor. Lisboa, 4 de abril de 1860.—Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Margiochi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 20 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, recebedor interno da freguezia de S. Vicente d'esta cidade, e annexa, desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o estado da conta de fl. 20 v. e 21, da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, como recebedor interno da freguezia de S. Vicente d'esta cidade, e annexa, desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854; vistos os relatórios de fl. 18 e 29, e os documentos a que se refere: mostra-se que o debito e o credito d'este responsavel importam em uma igual quantia de 88:501\$499 réis, incluindo-se no debito a importância de 88:387\$865 réis, que recebeu em documentos de cobrança do seu antecessor Agostinho Joaquim dos Santos, e comprehendendo-se no credito a quantia de 86:701\$502 réis, que passaram por transição, em 12 de novembro de 1854, para José Miguel da Costa, na qualidade de successor do responsavel: e porque no processo foram observadas todas as formalidades legais, julgam o referido Antonio Marques Gonçalves, quite para com a fazenda publica pela sua gerencia de recebedor interno das sobriedades freguezias, no periodo decorrido desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854, e mandam que sejam desembarçados quaesquer valores e extintas quaesquer fianças, que relativamente a esta gerencia se houverem prestado para segurança e caução da fazenda publica.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Margiochi, relator.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 20 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, recebedor interno da freguezia de S. Vicente d'esta cidade, e annexa, desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o estado da conta de fl. 20 v. e 21, da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, como recebedor interno da freguezia de S. Vicente d'esta cidade, e annexa, desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854; vistos os relatórios de fl. 18 e 29, e os documentos a que se refere: mostra-se que o debito e o credito d'este responsavel importam em uma igual quantia de 88:501\$499 réis, incluindo-se no debito a importância de 88:387\$865 réis, que recebeu em documentos de cobrança do seu antecessor Agostinho Joaquim dos Santos, e comprehendendo-se no credito a quantia de 86:701\$502 réis, que passaram por transição, em 12 de novembro de 1854, para José Miguel da Costa, na qualidade de successor do responsavel: e porque no processo foram observadas todas as formalidades legais, julgam o referido Antonio Marques Gonçalves, quite para com a fazenda publica pela sua gerencia de recebedor interno das sobriedades freguezias, no periodo decorrido desde 31 de agosto até 12 de novembro de 1854, e mandam que sejam desembarçados quaesquer valores e extintas quaesquer fianças, que relativamente a esta gerencia se houverem prestado para segurança e caução da fazenda publica.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Margiochi, relator.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 20 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que vistos o orçamento geral de folhas 1 A, e o orçamento suplementar de fl. 15 d'este processo, mostra-se que a receita propria do anno economico de 1851 a 1852 da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno próximo passado; e vista a informação de fl. 145 e mais termos do processo: não compete ao tribunal o julgamento da conta de que se trata.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Margiochi, relator.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que vistos o orçamento geral de folhas 1 A, e o orçamento suplementar de fl. 15 d'este processo, mostra-se que a receita propria do anno economico de 1851 a 1852 da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno próximo passado; e vista a informação de fl. 145 e mais termos do processo: não compete ao tribunal o julgamento da conta de que se trata.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Margiochi, relator.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que vistos o orçamento geral de folhas 1 A, e o orçamento suplementar de fl. 15 d'este processo, mostra-se que a receita propria do anno economico de 1851 a 1852 da camara municipal do concelho dos Arcos do Val de Vez não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno próximo passado; e vista a informação de fl. 145 e mais termos do processo: não compete ao tribunal o julgamento da conta de que se trata.

Lisboa, 4 de abril de 1860.—Margiochi, relator.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Monção, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o presente processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Monção no anno economico de 1852 a 1853, mostra-se pelos orçamentos geral e suplementar de fl. 3 a fl. 6, devidamente approvados, que a receita municipal propria do anno foi calculada em 2:239\$600 réis, excluidos 106\$020 réis de saldo do anno antecedente. E por quanto, attenta a disposição do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, é a receita municipal apontada inferior á exigida para fundamento da competência d'este tribunal na materia sujeita, julgam que não compete a este tribunal tomar conhecimento da conta de que se trata, e mandam que ella seja remettida ao governador civil do distrito de Vianna, para que a faça apresentar e julgar no tribunal competente.

Lisboa, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques Gonçalves, na qualidade de recebedor da 2.ª secção do bairro de Alfama desde 7 de março até 30 de junho de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo de ajustamento da conta de Antonio Marques Gonçalves na qualidade de recebedor da 2.ª secção do bairro de Alfama desde 7 de março até 30 de junho de 1855, mostra-se da conta corrente a fl. 2, rectificada a fl. 26, e dos relatórios a fl. 19 e 28, importar o debito do responsavel em 87:384\$215 réis, formado das seguintes addições: 87:238\$315 réis em documentos de cobrança que recebeu por transição da conta do seu antecessor José Miguel da Costa, julgado por accordo d'este tribunal de 19 de novembro de 1855 (por copia a fl. 4); 26\$370 réis em documentos de cobrança que recebeu a mais deixando a gerencia, a que se refere a presente liquidação; e 119\$530 réis de receita eventual cobrada no dito periodo de tempo; e o credito n'uma igual quantia de 87:384\$215 réis, que consiste em 85:373\$874 réis em documentos de cobrança, e 1\$040 réis em dinheiro, que passou em transição para a conta do anno economico seguinte; em 55\$014 réis de annullações de receita competentemente ordenadas; e 1\$964\$487 réis, importância de entregas feitas nas caixas centrais do ministerio da fazenda, como consta dos documentos de fl. 21 a fl. 24. E por quanto o responsavel no requerimento a fl. 27 declarasse que tendo examinado a conta com ella se conformava, e prescindia da citação, vista a resposta fiscal igualmente conforme, julgam Antonio Marques Gonçalves sem responsabilidade para com a fazenda publica pela sua gerencia como recebedor da 2.ª secção do bairro de Alfama desde 7 de março de 1855 até 30 de junho do mesmo anno, devendo todavia responder em novo processo pela importancia de 85:373\$874 réis em documentos de cobrança, e de 1\$040 réis em dinheiro, que passam para a conta da sua gerencia na dita qualidade no anno economico de 1855 a 1856.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290\$622 réis de entregas feitas na recebedoria do concelho, como da demonstração a fl. 4, e 258\$220 réis de tomadias distribuidas conforme a demonstração a fl. 8. E por quanto o responsavel citado para responder ao estado da conta, com a certidão a fl. 12, nada allegou dentro do prazo legal; vista a resposta fiscal, julgam devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o sobredito Domingos José de Moraes Carvalho, pelo que diz respeito á responsabilidade contrahida na qualidade de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de setembro do mesmo anno.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290\$622 réis de entregas feitas na recebedoria do concelho, como da demonstração a fl. 4, e 258\$220 réis de tomadias distribuidas conforme a demonstração a fl. 8. E por quanto o responsavel citado para responder ao estado da conta, com a certidão a fl. 12, nada allegou dentro do prazo legal; vista a resposta fiscal, julgam devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o sobredito Domingos José de Moraes Carvalho, pelo que diz respeito á responsabilidade contrahida na qualidade de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de setembro do mesmo anno.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290\$622 réis de entregas feitas na recebedoria do concelho, como da demonstração a fl. 4, e 258\$220 réis de tomadias distribuidas conforme a demonstração a fl. 8. E por quanto o responsavel citado para responder ao estado da conta, com a certidão a fl. 12, nada allegou dentro do prazo legal; vista a resposta fiscal, julgam devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o sobredito Domingos José de Moraes Carvalho, pelo que diz respeito á responsabilidade contrahida na qualidade de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de setembro do mesmo anno.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290\$622 réis de entregas feitas na recebedoria do concelho, como da demonstração a fl. 4, e 258\$220 réis de tomadias distribuidas conforme a demonstração a fl. 8. E por quanto o responsavel citado para responder ao estado da conta, com a certidão a fl. 12, nada allegou dentro do prazo legal; vista a resposta fiscal, julgam devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o sobredito Domingos José de Moraes Carvalho, pelo que diz respeito á responsabilidade contrahida na qualidade de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de setembro do mesmo anno.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290\$622 réis de entregas feitas na recebedoria do concelho, como da demonstração a fl. 4, e 258\$220 réis de tomadias distribuidas conforme a demonstração a fl. 8. E por quanto o responsavel citado para responder ao estado da conta, com a certidão a fl. 12, nada allegou dentro do prazo legal; vista a resposta fiscal, julgam devidamente ajustada a conta de que se trata, e quite para com a fazenda publica o sobredito Domingos José de Moraes Carvalho, pelo que diz respeito á responsabilidade contrahida na qualidade de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho de 1855 até 30 de setembro do mesmo anno.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Correia Caldeira.—Sampaio—Lobo—Paiva Pereira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 21 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Domingos José de Moraes Carvalho, como escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto e examinado o processo para ajustamento da conta de Domingos José de Moraes Carvalho, escriptorio servido de sub-director da alfandega de Miranda, pela sua responsabilidade assim contrahida desde o 1.º de julho até 30 de setembro de 1855; mostra-se da conta corrente a fl. 1, e documentos a fl. 5, 6 e 7, e do relatório a fl. 13, importar o debito em 548\$842 réis, proveniente de rendimentos arrecadados n'aquella casa fiscal, e de tomadias, conforme as demonstrações a fl. 2 e 3; e o credito n'uma igual quantia de 548\$842 réis, que se incluem 290



## FRANÇA

Os habitantes da cidade de Chambéry deram quinta-feira passada, 26 de abril, a Mr. Laity, senador, um banquete, destinado a celebrar o feliz resultado do voto sobre a anexação da Saboia à França. Perto de seiscentas pessoas, das mais nobres da cidade, assistiram a este banquete. Mr. Laity fez um discurso, no meio dos mais entusiásticos applausos.

## NAPOLES

Um despacho de Genova, publicado pelo jornal *Perseverança*, de Milão, diz que o quartel general do exercito napolitano, que é commandado por Pianelli, foi transferido para Aquila, a fim de combater as suas operações com o general Lamoricière, que mandou acampar as suas tropas em Spoleto.

(La Correspondencia de Espana.)

## AUSTRIA

A imprensa austriaca occupa-se quasi exclusivamente da morte de Bruck. Muitos jornaes, e sobretudo a *Gazeta de Vienna* e o *Ost-Deutsche-Post*, defendem calorosamente a memoria do ministro da fazenda das suspeitas a que o seu suicidio deu lugar. «O futuro provará», diz a *Gazeta*, se estamos enganados, e em quanto se não apresentar uma prova em contrario, acreditaremos que Bruck foi sempre um homem honrado.»

## SUISSA

Um jornal de Berna, o *Bund*, diz que o governo suíço recebeu uma proposta da França, relativa à neutralidade de Fancigny e de Chablais. Na opinião do *Bund*, a França offereceu à Suíça a quantia de 50 milhões pela desistência dos seus direitos ou pretensões sobre estas provincias.

Tanto os jornaes inglezes como os francezes transcrevem esta noticia; porém estes ultimos duvidam da sua exactidão.

## INGLATERRA

Deprehendo-se de uma declaração feita na camera dos lords, no dia 30 de abril ultimo, em resposta à interpegação do Marquez de Clanricarde, que ainda se não adoptou decisão alguma definitiva acerca da epocha e do lugar de reunião da conferencia, nem se sabe positivamente se essa conferencia terá lugar.

Uma parte da imprensa ingleza continua fazendo a maior opposição à que a Inglaterra tome parte n'essa reunião. O jornal *Morning-Herald*, entre outros, reportando-se à declaração feita por lord John Russell acerca do alcance limitado da conferencia, e da resolução da França em não querer discutir n'ella o tratado de 24 de março, conclue que a Inglaterra não pôde tomar parte em tal reunião sem descer muito da sua dignidade.

Diz a *Gazeta de Elberfeld* que os representantes de Inglaterra nos estados allemanes receberam de lord John Russell ordem para coadjuvarem, tanto quanto possam, a Prussia, nas questões pendentes com os mesmos estados.

## DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Resposta da Inglaterra à nota do conselho federal suíço, datada de 19 de março ultimo.

«Ministerio dos negocios estrangeiros, 3 de abril de 1860.

«Senhor—Tive a honra de receber a comunicação que v. ex.ª me dirigiu em 19 de março proximo passado, em nome do conselho federal, acerca das provincias da Saboia, que se acham comprehendidas na neutralidade da Suíça, pelos tratados e pelos actos de 1815.

O conselho federal não pôde duvidar do grande interesse que o governo britannico experimenta pela confederação suíça, e deve ter a certeza de que os objectos importantes mencionados na vossa comunicação serão tomados em consideração da maneira mais seria pelo governo britannico, o qual tratou desde logo de se entender a este respeito com as outras potencias que, juntamente com a Gran-Bretanha, assignaram os compromissos de 1815.

«Tenho a honra, etc.—Russell.» (La Presse.)

Nota dirigida pelo ministerio dos negocios estrangeiros da Russia a Mr. de Kisseleff, em resposta à circular de Mr. Thouvenel, datada de 13 de março ultimo.

«S. Petersburgo, 12 de abril.

O duque de Montebello communicou-me uma nota que Mr. Thouvenel lhe dirigiu no dia 13 de março. Ella contém as vistas do gabinete das Tuherias, acerca da anexação da Saboia e do condado de Niza à França.

«Sua magestade o imperador tomou conhecimento d'ella com todo o interesse que comporta a gravidade do assumpto.

«O meu augusto senhor considera esta cessão livremente consentida por sua magestade o rei da Sardenha como uma transacção entre soberanos independentes, que, na opinião de sua magestade, não compromette e equilibra europeu, uma vez que ella seja combinada, na parte relativa aos territorios da Saboia submettidos à neutralisação, de modo que não lesen nenhum direito adquirido, que não prejudiquem interesse algum legitimo, e que sejam mantidos intactos os principios da neutralidade perpetua da Suíça proclamada nas actas de Vienna e de Paris.

«Sua magestade imperial convenceu-se, com satisfação, de que este ultimo ponto de vista é partilhado pelo governo francez, como resulta do artigo 2.º do tratado assignado com o governo piemontez, e das declarações de que o ministerio dos negocios estrangeiros se constituiu interprete.

«Sua magestade o imperador espera que a discussão relativa aos territorios limitrophes da confederação helvetica, contribuirá para dar em resultado uma combinação vantajosa para as partes interessadas na questão. O gabinete imperial, pela sua parte, prestará toda a solicitude para que sejam mantidas as estipulações que garantem a segurança de um estado, cuja neutralidade é um objecto de interesse europeu.

«Podeis ler esta nota ao ministro dos negocios estrangeiros, entregando-lhe uma copia d'ella.» (L'Indépendance Belge.)

## NOTICIAS LITTERARIAS

## A CORTE DE LUIZ XIV EM 1695

Extractos de um opusculo sobre o estado da França, escripto pelo principe Senecal de Ligne Marquez de Arrouches, em occasião que passava por embaixador em Allemanha.

## I

Este opusculo manuscripto, de que vamos extrahir alguns fragmentos, foi escripto por um distincto diplomatico portuguez, que parecia estar bem iniciado nos mysterios da corte do grande rei. Se não se distingue pelo estilo enérgico e pittoresco do duque de S. Simon, que nas suas admiraveis memorias revela as misérias d'aquelle reinado, é exactissimo em delinear os caracteres dos principaes personagens que rodeavam Luiz XIV, como se pôde verificar recorrendo a S. Simon, Dangeau, M.º de Caylus, etc.

«É pouco mais ou menos n'este mesmo anno de 1695, que começa a manifestar-se a decadencia da grande monarchia, que durante tantos annos affrontara a Europa. Luiz XIV que a embraguez de longos successos allucina, que suppondo se no seu im-

menso orgulho um representante de Deus na terra leva a França a converter-se n'uma verdadeira imagem das antigas monarchias do Oriente, começa a ser provado por uma serie de revezes, que o acompanham até ao tumulo.

«Enfraqecendo os recursos da França pela fatal revogação do edicto de Nantes no anno de 1685, que conduz ás nações estrangeiras cinquenta mil familias, as mais opulentas industrias do reino, vê-se no anno de 1688 a braços com a famosa liga de Austerburgo, dirigida pelo principe de Orange da qual faziam parte o imperador da Allemanha, os reis de Hespanha e da Suecia, a Hollanda, a Saboia e os principaes estados da Allemanha. Apesar de quatro brilhantes campanhas, em que figuraram ainda os grandes generaes, discipulos de Condé e de Turenne, é forçado pela miseria publica e pela escassez do thesouro a assignar a paz de Riswich, em 30 de outubro de 1697, obrigando-se a reconhecer formalmente Guilherme de Orange rei legitimo de Gran-Bretanha, e o principe João Guilherme de Neuburg eleitor palatino, a restituir a Lorena ao duque Carlos Leopoldo, filho do vencedor dos turcos, Pignerol ao duque da Saboia, Keel ao margrave de Bade, e Fribourg e Brisgau á casa de Austria, assim como aos principes do imperio a maior parte das provincias que haviam perdido.

«É o principe de Orange, Guilherme de Nassau, chefe de uma pequena nação de negociantes e pescadores, que uma revolução patriótica elevou ao throno de Inglaterra (1688), que abate essa realza imperiosa, que se tornára o terror da Europa.

«Luiz XIV, apesar da sua gloria, deixa a monarchia absoluta na agonia, e em menos de um seculo depois de atravessar as orgias da regencia, de se infamar com Luiz XV nas scenas torpes do Parcaux-Ceris, expira no immortal juramento do Jeu-de-Peauine e na phrase memoravel de Mirabeau: «Allez dire à votre maître, que nous sommes ici par la volonté du peuple et que nous n'en sortirons que par la puissance des bayonnetes.»

«O cardeal de Richelieu (cujos planos politicos seguem e igualmente veneram), tinha um genio superior e tomava tão adequadas medidas para o logro dos seus intentos, que sempre lhe saíam certas; conhecia o natural dos francezes, que desmuniu e incorporados se arrojaram; quanto custava o sustento das colonias separadas do coração do estado; e achava mais conveniente dilatar as conquistas para maior segurança das fronteiras: plano que ainda presiste, pois desejam dar ao reino os mesmos limites que possuia no tempo de Carlos V, os Alpes e os Pyrenios.

«O cardeal Mazarin acrescentou os seus dictames secundando o primeiro plano, e julgou as colonias distantes necessarias tanto para o refugio dos negociantes como para o commodo dos alliados, e respeitando a utilidade da visinhança, porque a Italia precisa a dependencia da Saboia, porque sempre foram fataes á França as guerras do Piemonte. Os Alpes, sendo por sua natureza inacessiveis, mal podem os comboios penetrar tantas difficuldades, senão á custa de gastos immensos, e n'esta actual guerra as tropas do marechal de Catina custam mais a sustentar que muitos exercitos juntos.

«Aborrecia naturalmente Mazarin os francezes, amava o monarcha, e odiava aos vassallos: e todas as vezes que similhantes affectos passavam da mediação, degeneram em extremos nocivos á exaltação do mesmo governo.

«É bem verdade que a politica do cardeal de Richelieu era d'esterrar os duques pares, extirpar as heresias, conquistar a Flandres, estabelecendo as artes, introduzindo as sciencias, e accumulando o commercio: o cardeal Mazarin estimulou da vaidade propria, defeito que se apura inseparavel dos maiores homens, queria encarecer sobre as ideias de seu antecessor. O primeiro buscava a gloria do seu rei no descanço dos subditos: o segundo engrandecia a el-rei na ruina dos vassallos.

«Mr. Colbert como creatura de tão eminente ministro participava das mais reservadas e intimas resoluções, não foi ministro que seguisse as mesmas maximas. Viu-se França repentinamente opprimida com subsidios, vexada com impostos: os francezes por natureza desenfreados murmuraram: e o povo atrevido de si proprio, como monstro é incapaz de se amotinar sem cabeça: bem o conhecia o ministro, e tratou de arruinar a nobreza repellindo com desconfiança os mais dignos sujeitos que podessem sustentar a base do reino.

«O principe de Condé foi a primeira victima de tão indigno sacrificio: e privado se achou do conselho, quando merecia privar como conselheiro. Mr. de Colbert em exclusão de tão grande general lançou a pedra fundamental á fortuna de Turenne, que auxiliado de boas qualidades edificou sobre ruinas alheias o merecimento proprio.

«N'aquelle tempo reinavam os amores de Luiz XIV, mas como historias amorosas são indecentes, d'onde só deve fazer o papel a severa politica, direi somente que m.ºe Lavallière passou o tempo de sua valia sem ambigão nem interesse. Não assim m.ºe de Montespan, que, prevenida de muitos defeitos, se valia da ambigão para dispor de logares, e se ajudava do interesse para lucrar nos empregos: estes haviam de correr á medida do luxo, aquelles iam parar até á profusão. N'esta successiva intermittecia de guerras e amores, Mr. Colbert governava as finanças, dispondo as materias para complemento das direcções do ministerio. Era na verdade merecedor da confiança de el-rei. De genio vastamente profundo, pois ninguém soube dirigir melhor por partes a fabrica do todo: laborioso sem violencia, activo sem fadiga, vigilante sem inquietação, muito previsto e um pouco desconfiado: tão amigo do merecimento, que nunca o deixou sem satisfação; irrefragavel para os particulares, duro para o publico, sacrificando tudo, sem exceptuar a si proprio, para que sempre sortissem effectos os projectos, uma vez concebidos.

«Tantas qualidades pessoas algum dia haviam de fazer sombra a quantos de mais perto participavam da aura do favor. Mr. le Toller, pae de Mr. de Louvois, não obstante a plausibilidade do seu talento, se deixou vilmente prevenir da mais torpe inveja. Mr. Colbert devia as primeiras luzes do ministerio ao exercicio de segundo secretario, que cursára largos tempos debaixo de seus auspicios, causa bastante para que soffresse com impaciencia tanta elevação em prejuizo da propria fortuna. A respeito de embarcar tão venturosos principios, necessitava de um sujeito atrevido, cujas prendas eminentes sobrepajassem, especialmente com opposição resoluta; e na pessoa de Mr. de Louvois seu filho concorriam os requisitos todos: só o estado pacifico entorpecido por ocioso servia de obstaculo ao manejo absoluto; que o campo da politica foi sempre limitado para as ambiciosas dependencias do valimento. O meio mais proporcionado era desprezar as potencias da Europa, irritar os ministros assistentes, e fermentar sem fundamento uma guerra, que mais utilisasse a importancia da sua pessoa: este foi o mais certo motivo de se violarem as pazes, dando occasião aos politicos externos para discorrerem sobre os fins dirigidos á excellencia da monarchia universal.

«Ninguém mais especialmente que Mr. de Louvois soube conhecer o prestimo dos vassallos de seu rei; ninguém com mais desdão, sendo valido, soube valer-se dos amigos uteis á sua conservação; de grandes designios para despezas exorbitantes eis a natural transição das suas ideias, porque por esse meio esgotava as finanças, de que era director o seu antagonista Mr. de Colbert. Foi Mr. de Lou-

vois dotado de uma memoria fielmente vasta, de juizo, solidamente prompto, o engenho decisivo, a educação mediocre, versado na intelligencia da guerra sem unidade, ignorante no trato politico, sciente nos negocios do reino e desprezador das cortes estrangeiras.

«Passou Luiz XIV a idade viril bem tyrannizada entre os tres ministros mencionados, sem lhe ser possivel desenvolver-se de tão absoluto triumpho, e só a morte o libertou d'essa dourada escravidão, succedida com pouca ou nenhuma differença de tempos: perdeu a França e ganhou juntamente na falta dos tres: perdeu muito se attendermos á utilidade dos sujeitos acerca das conveniencias do estado: não ganhou pouco se considerarmos a preferencia que davam aos interesses proprios e não aos incrementos da monarchia.

«Mr. de Barbezieux filho de Mr. de Louvois succedeu a seu pae no exercicio de secretario d'estado, e o que podia contribuir para ruina de suas esperanças, contribuiu para sua exaltação. O motivo verosimil de sua ruina, quando menos havia de ser a desgraça de seu pae, que se perdeu inevitavelmente com o fantastico empenho da guerra da Saboia, que fomentou despoticamente como pelas cartas do duque se conheceu, cujas respostas mandou el-rei interceptar. Esta foi a causa verdadeira da sua morte, succedida naturalmente de puro desgosto de haver perdido o valimento: porém com symptoms de envenenamento, se tivemos de dar credito aos mais refinados discursos, de haver tomado espontaneamente a peçonha mais expeditiva, para que o mundo o não visse precipitado do auge do favor ao estado de vilipendio. Ajudou muito a Barbezieux uma simplicidade d'este rei Jacobo (Jacques II de Inglaterra, que se acolheu a França, depois da revolução de 1688) que, exagerando a Luiz XIV a grave perda que fizera de tão autorisado ministro, lhe foi respondido pelo rei que, com tomar mais á sua conta um pouco de trabalho, obviava todos os inconvenientes. El-rei, prevenido de amor proprio mais que todos os homens juntos, fez capricho de continuar com Barbezieux no ministerio de seu pae; tanto porque accusavam a sua gloria de ser subordinada ao poder do ministro, e porque conhecesse a Europa que elle de per si era capicissimo de sustentar o regimen do imperio.

«Não satisfeito d'esta demonstração repartiu sobrevidencias dos logares dos filhos dos mais ministros, entre os quaes o mais principalmente digno do nome me parece ser o Marquez de Torcy, filho de Mr. Colbert, que passou a Portugal no tempo da segunda embaixada a Portugal do abade de S. Romão, e por tal o conheci no decurso de poucos mezes que esteve em Lisboa.

«Em quanto á resolução de se valer el-rei de um secretario de estado inexperto para tão grande posto, parece só vaidade caprichosa, e não deixa de ser deificencia averiguada: contudo fica bem servido porque nada se lhe occulta, e como ia experimentado da nimia difficuldade propria.

«Os officios do secretario d'estado, depois de fallecido Louvois, idoneos para substituir o lugar da valia d'aquelle se acasou o genio do rei se inclinasse ainda a ser governado, como agora de governar se preza, depois de uma arenga eloquente os persuadiu á continução e vigilancia com facilidade de recorrerem ante elle informando-o exactamente do que podia pertencer ao augmento do bem publico: com o que esses ministros pequenos, a que chamarei de segunda classe, debaixo de Barbezieux são verdadeiramente coonestados inspectores das suas acções, e por esse modo se capacita a mocidade do ministro sem que perighe o decoro real, e el-rei se governa por esse meio sem deixar ao arbitrio do valimento o peso da monarchia.

«Reconhece-se perfeitamente que o nosso diplomata appareceu com superior penetração o caracter de Luiz XIV, que, apesar de dado aos prazeres, se de-

dicava com solicitude a desempenhar o que elle denominava officio de rei (*métier de roi*).

Estes sentimentos revelam-se em diversas paragens das suas memorias: «Desde a minha infancia, escreve elle, bastava ouvir o nome dos reis ociosos (*fainéants*) e dos maldes de palacio para me causar grande desgosto.»

Nos conselhos que dava a seu filho, dizia-lhe o seguinte: «Ninguém partilhará o vosso trabalho sem ter uma certa parte maior ou menor no vosso poder. Não deixeis a outrem senão aquillo que vos seja impossivel de conservar: porque, por maiores cuidados que tenhaes, ha de vos escapar sempre muito mais do que desejardes.» (*Cheures de Louis XIV*, tome 1.º)

As homengens de submissão e respeito que elle exigia de seus vassallos degeneravam em idolatria, e fazia-se adorar, na ampla accepção da palavra. «Quando as damas da corte, escreve um escriptor contemporaneo, sobre tudo as princezas de sangue, passavam pelo quarto do rei, faziam uma grande mesura ao leito de sua magestade.»

O reinado de Luiz XIV, como bem denuncia o nosso embaixador, divide-se em dois periodos. No primeiro quando se viu rodeado de homens superiores, como Mazarin, Colbert, Louvois, o rei deixava-se successivamente dominar por elles: no segundo, quando os substituem talentos secundarios, elle apodera-se da suprema influencia, e é justo confessar, que, privado das luzes de tão eminentes conselheiros, o seu astro declina até se esconder de todo no regao da preciosa e devota madame de Maintenon.—A. P. Lopes de Mendonça. (Continua.)

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO

## DO IMPERIO DO PORTUGAL NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 752,21	16,3	75,6	SO.
3 t. 752,38	20,7	49,8	ONO.

## DIA 5.

Maxima—temperatura.....	24,2 C.
Minima.....	13,4 »
Ozone (de noite).....	3,5 »
de dia.....	4,0 »
Chuva (udometro).....	0,0 MM.
Evaporação (vapormetro).....	5,0 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura à sombra.	

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,67	17,8	69,2	OSO.
3 t. 756,82	17,7	68,2	OSO.

## DIA 6.

Maxima—temperatura.....	22,1 C.
Minima.....	13,2 »
Ozone (de noite).....	5,0 »
de dia.....	5,5 »
Chuva (udometro).....	0,0 MM.
Evaporação (vapormetro).....	8,4 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura à sombra.	

## NOTICIAS COMMERCIAES

## Estatistica da marinha mercante portugueza no porto de Setubal durante o anno de 1859

QUALIDADES	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO	
			NACIONAES	ESTRANGEIROS
Barca.....	1	235	14	—
Brigue.....	1	147	9	—
Patacho.....	3	396	26	—
Escuna.....	1	110	9	—
Palhabeto.....	1	160	11	—
Hiates.....	102	7.049	735	6
Barcos.....	11	436	64	—
Cabiques.....	7	194	64	—
Canoas.....	6	80	21	—
Bateiras.....	7	331	43	—
Botes.....	2	9	8	—
	142	9.134	1.004	6

## Mapa da navegação do porto de Setubal durante o anno de 1859

	NAVIOS ENTRADOS		NAVIOS SAÍDOS		TOTAL	
	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS
Navegação com os portos estrangeiros.....	189	33.370	409	72.364	598	105.734
Dita com os portos do continente do reino....	760	61.555½	490	26.139½	1.250	87.695
Dita com os portos das ilhas adjacentes.....	7	1.068	10	872	17	1.940
Dita com os portos das possessões ultramarinas	—	—	—	—	—	—
					1.865	195.369

## Nacionalidade dos navios empregados n'esta navegação

BANDEIRAS	NUMERO DE NAVIOS	TONELADAS
Americanas.....	2	314
Belgas.....	23	4.334
Dinamarquezas.....	41	4.902½
Francesas.....	72	30.112
Hespanholas.....	40	3.559
Hollandezas.....	46	5.619
Hamburguezas.....	10	2.512
Norueguesas.....	133	20.839
Neerlandezas.....	182	33.073
Prussianas.....	16	4.065
Portuguezas.....	1.162	63.420
Russinas.....	24	6.856
Suecas.....	111	23.714½
Sardas.....	2	344
	1.865	195.369

## H. Thompson, capitão do porto.

1 passageiro, que é: Francisco Rodrigues Mascaranhas, marítimo; portuguez.

Aglaia, brigue noruegues, capitão J. Somme, para Setubal, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Doris, escuna ingleza, capitão T. Fooks, para Glasgow, com exofre e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre J. C. Monteiro, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Paquete do Havre, patacho portuguez, capitão A. V. Pinto, para o Havre de Grace, com urzella, vinho, azeite e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

## DIA 7

Embarcações entradas

Antonia, barca portugueza, capitão M. A. Mar-

ques, da ilha de S. Thomé em 60 dias, com azeite de palma, cacáu, café e mais generos a M. J. Teixeira; 20 pessoas de tripulação, e 1 passageiro: Antonio dos Santos, carpinteiro, portuguez. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas e meia da noite.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, de Setubal em 2 dias, com vinho e azeite; 6 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, de Glasgow em 5 dias e duas horas, com carvão a G. A. Hancock & C.º; 20 pessoas de tripulação e 1 passageiro. É da força de 120 cavallos.

Lidador, brigue portuguez, capitão J. G. de Avelar, de New Castle em 12 dias, com carvão a O. Herold & C.º; 14 pessoas de tripulação.

Portugal, paquete portuguez a vapor, capitão H. A. Brion, do Rio de Janeiro em 36 dias, da Bahia em 33, de Pernambuco em 31, e de S. Vicente em 9, com café, tabaco, piassaba e mais generos a P. Olive & C.º; 112 pessoas de tripulação, 6 malas e 195 passageiros.

Figueirense, barca portugueza, capitão J. P. Dias, da Bahia em 39 dias, com assucar e mais generos a B. M. O. Borges & Sobrinho; 15 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: João Antonio de Freitas, negociante; portuguez: L. Bianqui com 3 pessoas de familia, cantor; italiano.

Flor do Vez, barca portugueza, capitão S. F. das Neves, do Pará em 34 dias, com cacau, assucar e mais generos a J. A. Vidal; 15 pessoas de tripulação, 1 mala, e 29 passageiros, que são: José de Azevedo Palmeira, Francisco José Pereira, Thomás Xavier de Barros, Manuel Alvaro Pinto, Manuel Antonio da Fonseca, José Luiz de Andrade, José Francisco de Pinho, Antonio de Oliveira e Silva, José Martins Bezerra, José Caetano Ferreira, Joaquim Henrique Klantau, Joaquim Antonio de Freitas, Joaquim Correia de Magalhães Junior, J. Manuel Lopes, J. Joaquim Nunes da Silva, comerciantes; Manuel Rodrigues Porto, funileiro, A. Ferreira da Cunha, caixeiro; Celestino Antonio dos Anjos, servente; portuguezes: Joaquim do Espirito Santo Dias e Silva, ecclesiastico; Bernardo J. Ferreira, Fructoso Candido da Silva, João Francisco Fayal Junior, Napoleão Magno de Abreu, estudantes; Victorino dos Santos, ferreiro; João Francisco Fayal, comerciante; Gertrudes Maria Ferreira Malcher, Rosa Maria Lopes, brasileiros; V. Calabres, comerciante; napolitano: José Henrique da Silva, estudante; brasileiro.

Julio, brigue portuguez, capitão A. M. Madeira, do Maranhão em 31 dias, com couros, algodão e mais generos, a M. R. Lima; 14 pessoas de tripulação, 1 mala e 13 passageiros, que são: José Manuel Vinhaes com 4 pessoas de familia, Antonio J. de Almeida Junior, Antonio José de Almeida Moraes, Joaquim Pinto Nunes, Manuel José Gomes da Costa, Joaquim Gonçalves da Costa, Manuel de Barcellos Carvalhal, negociantes; Francisca Helena Ribeiro de Almeida, Theodora Maria da Conceição, portuguezes.

## EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão N. Cook, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas, fructa e dinheiro; 70 pessoas de tripulação e 62 passageiros.

Vasco da Gama, paquete inglez a vapor, capitão J. Duac, para a Figueira em lastro; 14 pessoas de tripulação.

John & Mary, patacho inglez, capitão J. Wills, para Liverpool com mineral; 6 pessoas de tripulação.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, para Setubal em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Protector, hiate portuguez, mestre L. P. da Silva, para o Porto, com barro, fazendas e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro: Joaquim Pedro, marítimo, portuguez.

S. Jorge, hiate portuguez, mestre J. P. Valladares, para Caminha, com sal; 8 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Manuel Affonso da Silva, caixeiro; José Augusto, Antonio José Gonçalves, serventes; portuguezes.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 7 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

## BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL



Do dia 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
O mar bom.—Vento O. Tempo claro.

De Villa do Conde, do dia 3  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 4  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento NO.

De Setúbal, do dia 5  
Entradas—Barca norueguesa *Olivia*, de Bilbao, em lastro; escuna hespanhola *S. Miguel*, de Sevilha, em lastro; vapor inglez *Douro*, de Lisboa, com fructa.

Não saiu embarcação alguma.  
Vento NO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

Do dia 6  
Entrou a escuna ingleza *Savah*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiates *Oliveira*, para Lisboa, com vinho; *Senhora da Atalaya*, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; brigue russo *Wolamo*, para Copenhague, com sal.

Vento NNO.

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Relação dos socios que foram eleitos para servir em diversos cargos da associação no corrente anno de 1860

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

III.<sup>o</sup> sr. Antonio José Pereira Serzedello Junior

III.<sup>o</sup> sr. Izidoro Thomaz Moura Carvalho

III.<sup>o</sup> sr. José da Conceição Monteiro Osorio

III.<sup>o</sup> sr. Victoriano Estrella Braga

III.<sup>o</sup> sr. Antonio Joaquim Leite Ribeiro

DIRECCÃO

III.<sup>o</sup> sr. Cezimiro Antonio da Fonseca

III.<sup>o</sup> sr. Eugenio da Silva Mendonça

III.<sup>o</sup> sr. Serafim Antonio de Sousa Bastos

III.<sup>o</sup> sr. José Lucio de Salles

III.<sup>o</sup> sr. José Pedro Dias Antunes

III.<sup>o</sup> sr. Antonio Lucio Pacheco

III.<sup>o</sup> sr. José Vicente Lopes

III.<sup>o</sup> sr. Antonio José de Mesquita

III.<sup>o</sup> sr. Joaquim Guilherme de Oliveira

III.<sup>o</sup> sr. Alexandre Antonio Pereira

III.<sup>o</sup> sr. Augusto José dos Santos

III.<sup>o</sup> sr. José Joaquim Monteiro

Mesa da assembleia geral, 30 de abril de 1860. — O secretario, C. J. Pereira.

## ESTADO PONTIFICO

Chirographo do santissimo padre Pio IX, sobre a emissão e venda de um empréstimo com juro por subscrição publica com o respectivo regulamento de monsenhor thesoureiro geral ministro da fazenda, datado de 18 de abril de 1860, apresentado nas notas de André Cecconi, secretario e chanceler da reverenda camara apostolica.

Monsenhor José dos Marquezes Ferrari, nosso thesoureiro geral ministro da fazenda.

Havéis-nos representado, que a nossa consulta d'estado para os negocios da fazenda, e o conselho dos ministros, reconhecendo a necessidade de acudir ás urgencias em que se acha o erario nas actuaes e bem notorias circumstancias, foram de parecer unanime, que se abrisse um empréstimo com juro tanto no estado como no estrangeiro.

Que para levar a effeito este indispensavel designio, se estabeleceram as principaes bases, a saber:

1.<sup>o</sup> Que se autorisasse a emissão e venda por subscrição publica de um rendimento consolidado annual de 460.000 escudos romanos, ao juro de 5 por cento em cada anno, ao preço de 5 francos, 37 centesimos, e 634 millesimos por cada escudo romano prefazem 2.400.000 francos por anno.

2.<sup>o</sup> Que o vencimento d'esta renda houvesse de começar no 1.<sup>o</sup> do corrente abril a favor dos subscriptores, apesar de se pagar em quatro prestações distinctas a quota de cada subscrição.

3.<sup>o</sup> Que os juros seriam pagos no fim de cada semestre á vontade dos possuidores dos titulos em Roma, Nápoles, Paris, Bruxellas, Amsterdam, Londres, Dublin, Francfort, Vienna, Munich, Berlin, Lucerna, Madrid e Lisboa.

4.<sup>o</sup> Que o preço da compra ficaria estabelecido a razão de 100 escudos romanos por cada 5 escudos de renda annual, ou de 100 francos por cada 5 francos de renda annual.

5.<sup>o</sup> Que no caso de excederem as subscrições, seria conveniente empregar o excesso na compra da renda preexistente.

Havéis-nos outrossim exposto, que para a execução prompta e regular d'este projecto, era necessario compilar um bem entendido regulamento, que tendo sido redigido por pessoas honradas e praticas nos havesis apresentado, e submettido á nossa consideração.

Havéis-nos finalmente pedido, que se houvessemos por bem approvar formal e solemnemente o referido empréstimo, deveriamos sancionar não sómente as bases prefazias para este fim, mas tambem o respectivo regulamento, e conferir-vos alem d'isto todos os poderes, de que careceis para a sua prompta e exacta execução.

Nós persuadidos demais, e não sem gravissima magua, das urgentes necessidades em que se acha o erario pelas lutas perturbadoras de algumas provincias; desejando extremamente prestar-lhes quanto possa ser o remedio proporcionado; e certificados pelas muitas demonstrações que para nosso allivio recebemos de todas as populações christãs do mundo, de que não poriamos nellas debalde a nossa confiança, e que nos socorreriam com o sobredito empréstimo, cujas condições dariam lugar a empregarem-se tambem nellas pequenas capitães, para que mais facil seja a concorrência de maior numero de subscriptores, não duvidamos prestar-lhe a nossa annuência, e por isso

Visto o parecer da nossa consulta d'estado para os negocios da fazenda,

Visto o parecer dado pelo conselho de ministros,

Visto o regulamento que deve servir de guia e norma para a emissão da nova renda consolidada,

Com o presente chirographo, em que queremos como expressa qualquer clausula ainda a mais necessaria de se exprimir, de nosso motu proprio, certa sciencia, e com a plenitude da nossa autoridade apostolica e soberana, approvamos, ordenamos e sancionamos, desde já para quando se effectuar, o empréstimo que se fizer ao nosso erario assim no interior do estado, como no estrangeiro, na quantia, modo, forma e condições acima expressas, e para este fim autorisamos tambem, e ordenamos a emissão, e venda, por subscrição publica, de uma renda consolidada, a razão de 5 por cento ao anno, de 465.000 escudos romanos, ou 2.500.000 francos por anno, ou da maior somma que resultar das subscrições, a qual maior somma deverá ser empregada na reacquisição da renda preexistente.

A sobredita renda será pois repartida nas diferentes categorias, em series constantes do regulamento que approvamos em todas e cada uma de suas partes, tendo aqui por expresso, e como litteralmente inserido o seu teor, e dando a vós commissão para o assignar, e espalhar para publico conhecimento, assim como para dar em nosso nome todas as ordens, e disposições necessarias e oportunas, ainda mesmo aquellas que precisarem de especial e individua menção, a fim de que este empréstimo, e a respectiva emissão e venda da nova renda consolidada tenha o seu plenário effecto, e seja reconhecida como divida do estado, assim como as preexistentes.

Querendo e decretando, que este nosso chirographo, ainda que não seja passado nem registrado na camara, valha, e deva ter sempre a sua plena execução e vigor com a nossa simples assignatura; não obstante a bulla de Pio IV nosso predecessor de regenderandis etc., a regra da nossa chancelleria de jure quæsitio non tollendo, e quæque outras constituições, e ordenações apostolicas nossas e dos nossos predecessores, leis, estatutos, reformas, usos, estilos, costumes, e qualquer outra coisa que for ou puder ser em contrario, ás quaes todas, e a cada uma, tendo aqui o seu teor por expresso, e inserido palavra por palavra, esta vez, e para o dito effecto especial e expressamente derogamos.

Dado no nosso palacio apostolico do Vaticano.

Hoje 18 de abril de 1860, decimo quarto anno do nosso pontificado. — Pius, Papa IX.

Para a execução das disposições adoptadas pelo nosso santissimo Padre com o soberano chirographo d'este dia 18 de abril de 1860, registrado nas notas de André Cecconi, secretario e chanceler da R. C. A., tendo havido a soberana approvação, publica-se o seguinte

## REGULAMENTO

1.<sup>o</sup> Desde o dia 1.<sup>o</sup> do proximo maio até todo o dia 15 de junho seguinte, estão abertas as subscrições para a compra da renda consolidada de 465.000 escudos romanos por anno, a 5 por cento ao anno, que ao valor de francos 5.37.634 por cada escudo, fazem a renda annual de 2.500.000 francos, cuja emissão e venda foi autorisada por sua santidade, com soberano chirographo d'este dia 18 do corrente, apresentado nas notas de André Cecconi, secretario e chanceler da reverenda camara apostolica.

2.<sup>o</sup> As subscrições receber-se-hão em Roma na secretaria geral do ministerio da fazenda. Nos estados estrangeiros serão recebidas pelas pessoas expressamente encarregadas em cada uma diocese, e centralizadas no logar da residencia do representante pontificio, ou de algum outro sujeito delegado para esse fim, isto é, em Nápoles, Paris, Bruxellas, Amsterdam, Londres, Dublin, Francfort, Vienna, Munich, Berlin, Lucerna, Madrid e Lisboa.

3.<sup>o</sup> A renda annual de 465.000 escudos romanos, iguaes a 2.500.000 francos, terá vencimento desde o 1.<sup>o</sup> de abril de 1860, e desde esta epocha vencerão juro os subscriptores, apesar de que o preço seja pago nas prestações abaixo indicadas posteriores ao dito prazo.

4.<sup>o</sup> O preço da compra da sobredita renda é fixado na razão de 100 escudos romanos por cada 5 escudos de renda annual, e assim de 100 francos por cada 5 francos de renda annual. Este preço será pago em moeda de ouro ou de prata no valor de francos 5.37.634 por cada escudo romano, correspondente a baicos 18,60 de moeda romana por cada franco. O 30 por cento do preço da renda que qualquer se offerecer a comprar, pagar-se-ha no acto da subscrição; o 20 por cento no primeiro dia de agosto proximo; outro 20 por cento no dia 1.<sup>o</sup> do seguinte novembro; e d'este pagamento se tirará o 2,50 por cento, pela importância do semestre vencido no 1.<sup>o</sup> de outubro anterior; e os residuos 30 por cento se pagarão no primeiro dia de fevereiro de 1861.

5.<sup>o</sup> As entradas das quotas acima indicadas se realizarão em Roma no cofre do deposito geral da reverenda camara apostolica, e nos estados estrangeiros perante as pessoas encarregadas de receberem as subscrições, como está dito no artigo 2.<sup>o</sup>

6.<sup>o</sup> Ficará ao arbitrio do subscriptor pagar adiantado o preço total da subscrição, ou uma ou mais das tres prestações a que se concede a dilação, e esta antecipação poderá ter logar tanto no acto da subscrição, como no prazo do vencimento da segunda e terceira prestação. Pelo pagamento adiantado se concederá desde o dia da entrada até ao do vencimento da respectiva prestação, o desconto de 5 por cento ao anno. O importe do desconto se deduzirá no acto do pagamento.

7.<sup>o</sup> Se depois de ter decorrido um mez desde o vencimento de algum dos prazos estabelecidos, o subscriptor não tiver entrado em cofre com a respectiva prestação, decairá de todo o direito, e cessará nell'e toda a obrigação; n'este caso as sommas pagas ficarão a beneficio do erario pontificio.

8.<sup>o</sup> O subscriptor no acto do pagamento da primeira prestação, receberá pela quantia da renda que se offerecer a comprar um ou mais titulos provisionarios. N'estes se notará e justificarão as entradas effectuadas na conformidade dos artigos 4.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> Quando estiver pago todo o preço se trocarão os titulos provisionarios por certificados de inscrição da renda tomada.

9.<sup>o</sup> Os titulos provisionarios serão do capital

De 18 escudos romanos, e 60 baicos (100 francos), a 93 bai. (5 francos) de renda annual.

De 93 escudos romanos (500 francos), a 4 escudos e 65 bai. (25 francos) de renda annual.

De 186 escudos romanos (1.000 francos), a 9 escudos e 30 bai. (50 francos) de renda annual.

Cada uma das ditas series terá o seu numero progressivo. Estes titulos provisionarios serão assignados em Roma pelo ministro da fazenda, e no estrangeiro pelos representantes da santa se, ou pelas pessoas para isso delegadas. Tambem serão munidos com o seu respectivo sello em secco.

10.<sup>o</sup> As subscrições recolhidas nos estados estrangeiros, conforme o artigo 2.<sup>o</sup>, serão pelo representante pontificio, ou pela pessoa delegada, remetidas para Roma ao ministerio da fazenda para as operações successivas.

11.<sup>o</sup> Os certificados definitivos serão ao portador, e terão um numero progressivo. O capital e a renda annual corresponderão aos titulos provisionarios. Serão assignados pelo director geral da divida publica, pelo secretario geral, e pelo guarda livros da direcção.

12.<sup>o</sup> Terão em frente o sello em secco com as armas pontificias, e a lenda em roda, estado pontificio, divida publica. Terão mais outro sello de tinta preta com as palavras, direcção geral da divida publica. A todos os certificados de cada uma serie se juntarão os coupons ou cedulas de pagamento dos juros de cada semestre para vinte annos que decorrerão desde 1.<sup>o</sup> de outubro de 1860. Cada um d'estes coupons terá a assignatura do guarda livros da divida publica. Os mesmos certificados terão junto uma cedula que se deverá apresentar no fim de vinte annos á escolha do portador na direcção geral da divida publica em Roma, ou em outras cidades dos estados estrangeiros, que então se indicarem, para que tenha logar a nova folha dos coupons para outros vinte annos. Esta cedula tambem terá em frente o sello em secco, de dimensão mais pequena que a do outro, e com as mesmas palavras já ditas. Terá outro sim o sello de tinta preta com as palavras, direcção geral da divida publica. A nova folha dos coupons que se ha de entregar depois do primeiro vintennio, terá outro recibo para a folha dos coupons de outro vintennio, até se completar a amortisação.

13.<sup>o</sup> Immediatamente depois do vencimento de cada semestre terá logar o respectivo pagamento dos juros em qualquer das cidades designadas nos certificados da renda, á escolha do portador dos mesmos certificados.

14.<sup>o</sup> Todo aquelle que entregar o recibo para cobrar os juros, será reconhecido como o verdadeiro credor e possuidor, e lhe serão pagos sem excepção alguma. No coupon, cujo importe tiver sido pago, se porá um sello com a palavra, extincto, e se cortará n'um dos quatro angulos.

15.<sup>o</sup> No fim de cada vintennio quem quer que fizer entrega do recibo para ter os coupons dos seguintes vinte annos, alcançarão sem excepção nenhuma a folha dos novos coupons.

16.<sup>o</sup> Se o importe das subscrições exceder a predita renda de 465.000 escudos romanos, ou 2.500.000 francos por anno, n'este caso será emitida para a quantia excedente n'uma renda correspondente cujo capital será empregado na reacquisição da renda preexistente.

17.<sup>o</sup> Um exemplar do referido chirographo soberano, e bem assim do presente regulamento, ambos legalizados com a assignatura de s. em. rev. m. o sr. cardeal secretario d'estado, será depositado junto

do representante pontificio ou da pessoa delegada em cada uma das cidades designadas, e as copias assim de um como do outro, legalizadas pelo respectivo representante pontificio, ou pela pessoa delegada, serão depositadas em todos